

Acuerdo entre el Parlatino y el Estado de São Paulo con Intervención de la Fundación Memorial de América Latina

Texto en portugués tal cual figura en el Diario Oficial

LEY Nº 8.206, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992

Acordo entre o Estado de São Paulo e o Parlamento Latino-Americano com Interveniência da Fundação Memorial da América Latina

O Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Governador Dr. Luiz Antonio Fleury Filho, doravante designado simplesmente Estado de São Paulo;

O Parlamento Latino-Americano neste ato representado pelo seu presidente, Exmo. Senhor Deputado Humberto Celli e por seu Secretário Geral, Exmo. Senhor Senador Humberto Peláez Gutiérrez, a seguir nomeado simplesmente Parlatino.

A Fundação Mamorial da América Latina, a seguir denominada simplesmente Fundação, neste ato representada pelo seu Presidente, Exmo. Senhor Dr. Paulo de Tarso Santos e pelo Presidente do Conselho Curador, Exmo. Senhor Dr. Adilson Monteiro Alves.

Considerando o Protocolo de Intenções celebrado em 4 de março de 1991, pelo qual o Estado de São Paulo ofereceu um edificio para a sede do Parlatino, situado dentro da área do conjunto arquitetônico da Fundação, denominado Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo;

Considerando que a Junta Diretiva do Parlatino aceitou a oferta, com a qual concordou a Assembléia Geral do Parlatino em sessão realizada em Cartagena de Indias, Colômbia, em julho de 1991;

Considerando o Acordo de Sede entre o Parlatino e o Governo Brasileiro, autorizando o estabelecimento da sede da entidade no território do Estado de São Paulo, acordam as seguintes cláusulas;

Cláusula Primeira - O Estado de São Paulo, no exercício de suas facultades constitucionais, ratificando o Protocolo de Intenções de 4 de março de 1991, aprovou a cessão do edificio especificamente construído, dentro do conjunto arquitetônico da Fundação, situado na cidade de São Paulo, para servir de sede do Parlatino em consonância com as normas do Acordo de Sede Celebrado com o Governo Federal Brasileiro;

Cláusula Segunda - O Parlatino se compromete a realizar na Sede Permanente todas as Assembléias Ordinárias assim como as reuniões ordinárias da Junta Diretiva e o equivalente a 50 % (cinquenta por cento), no mínimo, das reuniões que realizem as Comissões Permanentes em um ano.

Parágrafo 1º - O Presidente e o Secretário Geral comprometem-se a despachar na sede Permanente durante um período não inferior a 15 (quinze) dias por ano, ficando a cargo da Sede Permanente as despesas de passagem e hospedagem, durante o prazo de 3 (três) anos.

Parágrafo 2º - Também ficarão a cargo da Sede Permanente, pelo mesmo prazo, as despesas de passagem até o limite de 35 (trinta e cinco) por ano e hospedagem dos Presidentes Altenros e do Secretário Geral Alterno, assim como do Secretário das Comissões Permanentes, do Secretário de Relações Interparlamentares e do Secretário de Relações Interinstitucionais, como também do Presidente do Conselho Consultivo, quando em viagem ao cumprimento de suas funções.

Parágrafo 3º - O Parlatino deverá informar à Fundação sua agenda anual e as modificações em tempo hábil.

Cláusula Terceira - O Estado de São Paulo assegurará o Livro funcionamento e completa independência das atividades no Parlatino, provendo, quando solicitado, policiamento, inclusive ostensivo, em observância do Acordo de Sede celebrado com o Governo Brasileiro.

Cláusula Quarta - O Estado de São Paulo se compromete a enviar projeto de lei à Assembléia Legislativa **isentando o Parlatino dos impostos estaduais diretos**.

Cláusula Quinta - A fundação deverá entregar o edifício sede, referido na cláusula primeira deste acordo, mobiliado e equipado de uma forma adequada para o bom desempenho das atividades da Sede do Parlatino.

Cláusula Sexta - A fundação fará instalar no edifício sede do Parlatino as linhas telefônicas, com seus respectivos aparelhos, tecnicamente necessários ao seu funcionamento, assim como as linhas telefônicas suficientes para a informatização interna do Parlatino.

Cláusula Sétima - O Estado de São Paulo poderá autorizar afastamento de servidores para prestar serviços na sede do Parlatino, observada a legislação estadual pertinente, de modo a preencher os cargos administrativos necessários ao seu funcionamento, após acordo prévio entre a Junta Diretiva do Parlatino e o Estado de São Paulo.

Cláusula Nona - Observadas as prescrições legais pertinentes nos termos que sejam acordados pelos partícipes, a sede do Parlatino poderá contar com dotação orçamentária destinada ao pleno desempenho de suas funções.

Parágrafo Único - Os recursos de que trata o "caput" deste artigo serão administrados pelo Diretor da Sede do Parlatino sujeitando-se à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sem prejuízo de eventuais controles internos do Parlatino.

Cláusula Décima - As estipulações constantes das cláusulas sétima, oitava e nona terão validade pelo prazo de 3 (três) anos, prorrogável a juízo dos partícipes.

Cláusula Décima Primeira - Cabe ao Diretor da sede do Parlatino a representação legal do mesmo perante o Estado de São Paulo e a Fundação, bem como a responsabilidade por sua direção administrativa, financeira e de todas as atividades realizadas na sede do Parlatino.

Cláusula Décima Segunda - Após a cessão do edifício devidamente mobilizado e equipado, as relações Estado/Parlatino decorrentes do presente acordo serão efetuadas e coordenadas através da Secretaria do Governo.

Cláusula Décima Terceira - Os participantes poderão denunciar este acordo em caso de descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

Cláusula Décima Quarta - O presente acordo entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, nos termos do artigo 29, inciso XIX, da Constituição do Estado e perdurará enquanto estiver em vigor o Acordo de Sede celebrado entre o Parlatino e o governo Brasileiro.

Assim, por estarem justos e acordados, firman o presente instrumento em 3 (três) vias na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo, que também o assinam.

São Paulo, de de de 1992

Estado de São Paulo

Luis Antonio Fleury Filho

Parlamento Latino-Americano

Humberto Celli

Parlamento Latino-Americano

Humberto Peláez Gutiérrez

Testemunhas:

Fundação Memorial da América Latina

Paulo de Tarso Santos

Fundação Memorial da América Latina

Adilson Monteiro Alves

ESTADO DE SÃO PAULO

Esta información fue obtenida de una copia del Diario Oficial del Estado de São Paulo, cuyo número y volumen se mencionan arriba.

Modificación y Ratificación del Acuerdo Entre el Estado de São Paulo y El Parlamento Latinoamericano con Intervención de la Fundación "Memorial da América Latina".

El Estado de São Paulo, en este acto representado por el Excmo. Sr. Dr. Luis Antonio Fleury Filho, Gobernador del Estado de São Paulo, en adelante Estado de São Paulo.

El Parlamento Latinoamericano en este acto representado por su Presidente, Excmo. Sr. Diputado Humberto Celli y por su Secretario General, Excmo. Sr. Senador Humberto Peláez Gutiérrez, en adelante Parlatino. La Fundación "Memorial da América Latina", en adelante Fundación, en este acto representada por su Presidente, Excmo. Sr. Dr. Paulo de Tarso Santos y por el Presidente del Consejo Curador, Excmo. Sr. Dr. Adilson Monteiro Alves.

Considerando el Protocolo de Intenciones celebrado el 04 de marzo de 1991, mediante el cual el Estado de São Paulo ofreció un edificio localizado dentro del área del conjunto arquitectónico de la Fundación, denominada "Memorial da América Latina", en la ciudad de São Paulo, destinado a la sede del Parlatino

Considerando que la Junta Directiva aceptó la Oferta, con la cual se declaró el acuerdo de la Asamblea General del Parlatino, en sesión realizada en julio de 1991 en Cartagena de Indias, Colombia;

Considerando el Acuerdo de Sede entre el Parlatino y el Gobierno Brasileño, que autoriza el establecimiento de la sede del ente en el territorio del Estado de São Paulo. Acuerdan, modificar y ratificar el acuerdo celebrado el 9 de julio de 1992, que pasa a tener vigencia con el siguiente texto:

Cláusula Primera - El Estado de São Paulo, en ejercicio de sus facultades constitucionales, ratificando el Protocolo de Intenciones del 04 de marzo de 1991, aprobó la cesión del edificio específicamente construido dentro del conjunto arquitectónico de la Fundación en la ciudad de São Paulo, para constituirse en sede del Parlatino, de conformidad con las normas del Acuerdo de Sede celebrado con el Gobierno Federal Brasileño.

Cláusula Segunda - El Parlatino se compromete a realizar en la Sede Permanente todas las Asambleas Ordinarias, así como las reuniones ordinarias de la Junta Directiva y el equivalente al 50% (cincuenta por ciento), como mínimo de las reuniones que realicen en un año las Comisiones Permanentes.

Parágrafo 1º - El Presidente y el Secretario general se comprometen a despachar en la sede Permanente durante un período no inferior a 15 (quince) días al año, quedando a cargo de la Sede Permanente los gastos de pasaje y hospedaje durante un plazo de 3 (tres) años.

Parágrafo 2º - Durante igual plazo la Sede Permanente será responsable de los gastos provenientes de pasajes, dentro del límite de 35 (treinta y cinco) al año, así como del hospedaje de los Presidentes Alternos y del Secretario General Alterno, del Secretario de las Comisiones Permanentes, del Secretario de Relaciones interparlamentarias y del secretario de Relaciones Interinstitucionales, como también del Presidente del Consejo Consultivo, siempre que viajen en el cumplimiento de sus funciones.

Parágrafo 3º - El Parlatino deberá informar en un tiempo hábil a la Fundación su agenda anual y las alteraciones de ésta.

Cláusula Tercera - El Estado de São Paulo garantizará el libre funcionamiento y completa independencia de las actividades del Parlatino y, cuando lo soliciten proveerá protección policial, inclusive ostensiva si es necesario para garantizar la libre manifestación de sus miembros, de conformidad con el Acuerdo de Sede celebrado con el Gobierno Brasileño.

Cláusula Cuarta - El Estado de São Paulo se compromete a enviar un proyecto de ley a la Asamblea Legislativa, con vistas a exencionar al Parlatino de los Impuestos Estaduales directos.

Cláusula Quinta - La Fundación deberá entregar el edificio sede referido en la cláusula primera de ese acuerdo con mobiliario y equipamiento adecuados al buen desempeño de las actividades de la Sede del Parlatino.

Cláusula Sexta - La Fundación tomará las necesarias medidas con vistas a la instalación en el edificio sede del Parlatino de las líneas telefónicas y respectivos aparatos que sean técnicamente necesarios a un buen funcionamiento así como de las líneas telefónicas suficientes para la informatización interna del Parlatino.

Cláusula Séptima - El estado de São Paulo podrá autorizar la designación de sus servidores para prestar servicios en la sede del Parlatino - observada la legislación estadual pertinente - con el propósito de llenar los cargos administrativos necesarios a su funcionamiento, tras acuerdo previo entre la Junta Directiva del Parlatino y el Estado de São Paulo.

Cláusula Octava - Cuando sea necesario, a pedido de la Junta Directiva del Parlatino y observadas las determinaciones legales, el Estado de São Paulo podrá propiciar la contratación del personal necesario, brasileños y oriundos de los países miembros del Parlatino, para que presten servicios en el edificio sede del Parlatino, de conformidad con el régimen jurídico adecuado.

Cláusula Novena - Observadas las prescripciones legales pertinentes y según los términos que acuerden las partes, el Estado de São Paulo adoptará las diligencias necesarias para proveer la dotación presupuestaria con vistas al adecuado desempeño de las funciones de la Sede del Parlatino.

Párrafo Único - Los recursos previstos, que se indican en el "caput" de esta cláusula serán administrados por el Superintendente de la Sede del Parlatino, bajo fiscalización del "Tribunal de Cuentas del estado de São Paulo, siendo responsable ante éste y ante la Fundación de su gestión administrativa y financiera, sin perjuicio de eventuales controles internos del Parlatino y de lo establecido en su Estatuto y Reglamento.

Cláusula Décima - Las explicaciones que constan en las cláusulas séptima, octava y novena tendrán validez por un plazo de 3 (tres) años, prorrogable a juicio de las partes.